

DISCURSO DE POSSE NA APL

Hilton Sette

Evocando meus antecessores

Um 4 de fevereiro de 1922, numa solenidade assim festiva, realizada no auditório do Instituto Arqueológico de Pernambuco, ali na Rua do Hospício, sob a presidência de França Pereira e tendo recebido por Manuel Arão, o escritor Mário Sette tomou posse da Cadeira nº 29, desta Academia Pernambucana de Letras. Eis a razão, Sr. Presidente, porque escolhi a data de hoje para receber de vossas mãos o laurel da imortalidade.

Desde a infância, tenho procurado palmilhar e honrar os passos e o nome do meu inesquecível pai. A ele, agradecido, devo, além da origem genética, a minha formação moral, religiosa, intelectual e, principalmente, a literária.

Mereci herdar dele a vocação de leitor, o gosto pela literatura e a facilidade de redigir. Ainda menino, movido por um sentimento de amor, admiração ou mera imitação, comecei a devorar o conteúdo de sua crescente biblioteca e rabiscar as minhas histórias infantis. Percebia então que, veladamente, meu pai me estimulava, fazendo-me chegar às mãos os livros certos e enviando para a revista “O Tico-Tico” as minhas produções literárias, tais como as escrevia.

Quando rapaz, conseguindo já por iniciativa própria espaço e ilustrações para meus contos em revistas cariocas e páginas inteiras para meus poemas em revistas recifenses, um primo amigo confidenciou-me ter ouvido de meu pai um comentário a meu respeito:

- “Hilton promete... tenho a impressão que ele vai longe...”

Não sei, meu pai, se a tua profecia está sendo cumprida. Nem mesmo posso avaliar até onde quiseste alcançar com esse “vai longe”. Cronologicamente, sim. A esta altura a minha idade já vai muito mais avançada que os teus sessenta e quatro anos vividos. Mas, literalmente, não creio haver satisfeito tua expectativa. Sinto-me, ao contrário, na retaguarda, bem atrás, distante a perder de vista da posição de destaque que alcançaste nas letras nacionais. Tudo que tenho escrito e publicado está muito aquém de se comparar à fecundidade e ao alto valor de tua obra cerca de trinta volumes de contos, romances, novelas, crônicas, parábolas infantis, pioneiro que fostes no gênero de romances regionais com o “Senhora de Engenho” e no gênero da história pitoresca de uma cidade como o “Maxambombas e Maracatus”.

Hoje, estou dando um pequeno mais expressivo passo à frente. Tomo assento nesta Cadeira da Academia Pernambucana de Letras que tanto engrandeceste com teus livros pernambucaníssimos. E este meu discurso de posse, muito pobre de erudição, porém escrito unicamente com o coração e a ajuda da memória, recebe-o, meu pai, como uma homenagem e um agradecimento por tudo quanto fizeste por mim e me desejaste de bom.

Vós, meus ilustres, confrades, não elegeste um crítico ou um ensaísta literário para ocupar agora a Cadeira de número 9 desta Academia Pernambucana de Letras. Também não sou poeta, teatrólogo ou jornalista – outras três fulgurantes manifestações no campo das Belas Letras. Esforço-me, sim, em ser um escritor ficcionista, autor de romances, contos e novelas, em suma, “um contador de lorotas”, no modo engraçado de Monteiro Lobato se auto-definir.

Hilton Sette, Minha História

Apontamentos Autobiográficos

Até duas décadas passadas, além das obrigações inerentes ao professor, dediquei-me, com entusiasmo, como atividade complementar, às pesquisas, quer as de gabinete, quer as de campo, frequentando bibliotecas e arquivos e observando paisagens, no exercício das minhas funções de Geógrafo e de, não digo bem Historiador, ao menos de Memorialista.

Um estudo analítico em profundidade das obras que credenciaram meus antecessores a ingressar neste templo de Cultura, seria uma árdua e complexa tarefa para quem dispusesse de dois olhos para ler, quanto mais para mim, que já possuo a visão aposentada de modo definitivo e irreversível.

Eis as razões por que não me proponho a esmiuçar a característica dos estilos, o desenvolvimento dos temas, o perfil dos personagens, o realismo dos ambientes e a naturalidade dos diálogos nas produções literárias dos imortais que me antecederam, nesta cátedra em que tomo assento.

Acontece, em compensação, que tive a honra de ser amigo, e de conviver com três desses quatro nunca esquecidos acadêmicos, não só em atividades profissionais como em decorrência de uma relação de parentesco com meu primo Fernando Pio.

Assim, neste clássico discurso de posse, em vez de me demorar na apreciação de seus livros publicados, procurarei ressuscitá-los, através da memória perfilando-os e animando-os no meio ambiente em que viveram como se fossem personagens de um conto.

Consagrados valores intelectuais muito honraram com sua presença este lugarzinho que ora ocupo nesta Academia e tentar evocá-los será uma agradável tarefa.

O Patrono

Muita satisfação e – por que não dizer? – certo entusiasmo patriótico em saber que o patrono desta Cadeira de número 9 encarnou numa só figura de um sacerdote de Cristo e um revolucionário pernambucano de 1817, oferecendo mais um exemplo, entre muitos outros, de membros da Igreja Católica, participantes ideológica e ativamente de movimentos liberais e literários em nossa terra.

O Monsenhor Francisco Muniz Tavares, padre virtuoso, vibrante orador sacro, patriota idealista e cronista histórico, viveu entre os séculos XVIII e XIX e exerceu, quando moço e por vários anos, a Capelania do Hospital do Paraíso.

Já em 1810, ele promovia reuniões numa sala da sacristia da Capela, frequentada por uma elite da cultura pernambucana, constituída dos portadores das idéias avançadas do Liberalismo Francês, então na moda. Tais reuniões eram verdadeiras tertúlias sócio-políticas, a que chamavam Academia do Paraíso e em que tomavam parte, além do anfitrião, o Padre João Ribeiro, Frei Caneca e o Vigário Tenório, possivelmente, os civis José Luís de Mendonça, Domingos José Martins, Barros Lima e, talvez, militares do porte de um Domingos Teotônio Jorge ou João do Rego Dantas. E discutiam-se ali Voltaire, Rousseau, Montesquieu, comentava-se a Enciclopédia de Diderot e d’Alembert e falava-se entre sussurros das bases da revolução que deveria eclodir sete anos mais tarde.

Parece que o Monsenhor Muniz Tavares não participou ativamente ou não desempenhou papel relevante num único movimento revolucionário vitorioso, embora de

Hilton Sette, Minha História

Apontamentos Autobiográficos

duração efêmera, antes da Independência do Brasil. Conseguiu ele livra-se da pena de morte aplicada à maioria dos líderes, mas cumpriu pena de prisão nas enxovias da Bahia.

Quando abrandou o torturante sistema carcerário nas masmorras onde se encontravam os presos políticos, eles começaram a gozar da regalia de ler livros e usar papel e lápis, o Patrono desta Cadeira deu início à tarefa de escrever crônicas da Revolução Pernambucana. Um trabalho de História à moda antiga, quase um relato cronológico e episódico, com detalhes de datas, nomes, sem a interpretação dos fatos sociais e nem a investigação das causas e consequências dos acontecimentos.

Muniz Tavares morreu no Recife, no ano de 1876.

Pereira da Costa

Entre meus quatro antecessores, apenas com o primeiro desta Cadeira não convivi, e nem ao menos o conheci pessoalmente. Isso porque, nascido a 16 de Dezembro de 1851, Francisco Augusto Pereira da Costa, um dos fundadores desta Academia de Letras, veio a falecer em 1923, quando eu ainda era menino de doze anos. Mas não me foi preciso ter ou não convivido com o eminente historiador para melhor admirar e enaltecer o valor de sua magnífica obra como pesquisador e relator de todos os informes possíveis sobre lendas, episódios, fatos, nomes, datas, manifestações folclóricas e biografias de vultos notáveis integrantes da História de Pernambuco.

Em 1951, cumprindo um programa de comemorações pelo centenário natalício de Pereira da Costa, realizou-se uma série de curtas palestras sobre o assunto, através do Rádio Jornal do Commercio, e tive a honra de ser um dos palestrantes. Nessa minha fala, naquela ocasião, baseada em dados então colhidos lembro de haver-me referido à origem humilde do homenageado.

Moço pobre começou a trabalhar ainda adolescente como balconista de uma livraria recifense. Ali, em contato com os livros e estimulado pelos acadêmicos de Direito, frequentadores da loja, reiniciou os estudos num colégio com aulas noturnas. Em paralelo, dotado de um espírito observador e investigador, depressa deixou-se interessar pelas coisas típicas características de nossa cidade e de nossa gente, tais como lugares, bairros, logradouros, usanças, festejos, comidas, vocabulário e figuras humanas, escrevendo numerosas séries de artigos e ensaios.

Colou grau na Faculdade de Direito do Recife aos quarenta anos de idade e, além de uma vasta bibliografia, publicou quatro obras da maior importância, a saber: “Mosaico Pernambucano”, “Dicionário de Pernambucanos Célebres”, “Folclore Pernambucano” e o monumental “Anais Pernambucanos”, abrangendo toda a história descritiva de Pernambuco, desde as origens até o ano de 1850.

Embora não tenha conhecido Pereira da Costa, em compensação convivi com a marca da sua leitura, o vestígio de seu trabalho de pesquisador. Jamais consultei por interesse próprio ou a pedido de meu pai, as coleções de velhos jornais e de antigas revistas pernambucanas, ora na Biblioteca Pública, ora no Gabinete Português de Leitura, que não encontrasse o traço de lápis preto, característico dele, assinalando alguma notícia, comentário, suelto, artigo e até anúncio comercial, objeto de seu interesse. E nem jornais de cidades do interior, pelo menos Pesqueira e

Caruaru, que escapassem de sua leitura e de suas marcas a lápis. E segundo fui informado, não só jornais e revistas, mas também panfletos, monografias, ensaios, documentos versando sobre Pernambuco, passaram pelo crivo de sua apreciação.

Pouco importa que Pereira da Costa tenha sido tão parcimonioso na citação das fontes por ele consultadas. Não o incriminemos e nem desvalorizemos por isso o seu imenso universo de informes coletados e divulgados. O incansável trabalho do honesto e criterioso pesquisador pernambucano merece crédito e sua apalavra escrita deveria ser considerada dogma de fé para os historiadores.

Pergunta-se: qual a fonte fidedigna sobre a lenda da loba que amamentou os fundadores de Roma?

Lucilo Varejão

A Olinda que inspirou ao escritor Lucilo Varejão três dos seus mais belos romances era a mesma que enfeitiçava a meu pai. Preferindo-a como local para morar em casas alugadas, ora na ladeira de São Francisco, ora na rua de São Bento ou na 27 de Janeiro no período de 1912 a 1924, portanto durante toda a minha meninice.

Uma Olinda geográfica e simultaneamente classificada como cidade-dormitório, cidade-conventual e cidade-balneário.

Cidade-balneário, sim, porque funcionava como mero subúrbio da capital pernambucana. Sua população trabalhava, comprava, estudava, divertia-se, recebia assistência médica-hospitalar no Recife, transportada antes pelas maxambombas da Trilhos Urbanos, depois pelos bondes elétricos da Pernambuco Transways.

A velha Sé, o Seminário, os conventos dos Franciscanos e dos Beneditinos, Igrejas como as do Carmo, São Pedro, Bonfim, Misericórdia, Amparo e São João, além das capelas e nichos caracterizavam bem a estrutura de uma cidade conventual. Essa função religiosa era confirmada pelo ar místico de tranquilidade e devoção quase cheirando a incenso e pelo embalo das vozes dos sinos em toques de dobres, de repiques e de chamamentos para missas, novenas, procissões e sermões quaresmais.

E cidade balneário, a porção da orla costeira, ao longo das praias dos Milagres, Carmo, São Francisco e Farol durante os meses de estio, servindo de atração os “banhos salgados” e os festejos da época natalina, notadamente, as retretas domingueiras no Pátio do Carmo. Famílias se aboletavam em casas rústicas e até mocambos à beira mar e vinha gente da cidade alta e do Recife, ao clarear o dia, para trocar de roupa em banheiros, os homens substituíam suas indumentárias por bermudões e camisas de malha sem mangas.

O naipe feminino, por sua vez, desvencilhava-se de seus vestidos, corpinhos, espartilhos e anáguas e se metia em grosseiras vestes de baeta azul, descendo as calças até os tornozelos e casacões de “mangas três quartos” e afogados em redor do pescoço.

Inacreditável hoje, na era do “top-less” e do “fio-dental”. Uma Olinda inconfundível em seu visual topográfico e arquitetônico, em seus conhecidos moradores enraizados em seus costumes, hábitos e festejos, em seus vendedores ambulantes e em seus tipos populares. Topografia de altiplano desde a Sé à Misericórdia, descendo em declives suaves ladeiras abaixo até perto do mar, lembrando a lenda de “Oh! Linda Situação para uma Vila”. Conjunto

Hilton Sette, Minha História

Apontamentos Autobiográficos

arquitetônico eclético, constatando-se marcas da aclimação luso-tropical do barroco português e da cultura mulçumana, sobretudo nos detalhes decorativos.

Moradores tradicionais a quem não se perguntava o endereço. Assim: os Tocano de Brito, Alfredo Galvão e o Cônego Jonas Taurino na Rua de São Bento. O meu tio Lourenço Salazar e Ademar Xavier na então Matias Ferreira, Arnaldo Lélis e Costa Carvalho na 15 de Novembro. Policarpo de Andrade, o velho Dória e Mário Sette na 27 de Janeiro. Eduardo de Moraes, Julio Pires Ferreira, Sr. Aguiar da farmácia e Augusto Ramos no Pátio de São Pedro, este último, residência e mercearia, no sobradinho Mourisco da esquina.

Lucilo Varejão, em interessante artigo de jornal, enumera muitos outros típicos amigos de Olinda, entre os quais o médico Eustáquio de Carvalho, o poeta Píndaro Barreto, o seresteiro Walfrido Freire, o historiador Temístocles de Andrade e o cronista e poeta Paulino de Andrade.

Evocando clássicos vendedores ambulantes de Olinda, vale à pena ressaltar duas figuras inconfundíveis. O peixeiro “seu Mano” a apregoar as suas cavalas-pernas-de-moça, ciobas vermelhas e garoupas, e o miudeiro “seu” Laurindo, um crioulo gordo vestindo camisa de malha, montado a cavalo, negociando suas mercadorias acondicionadas em caçuás. E como exemplo dos muitos tipos populares da vizinha cidade, não posso esquecer de Vilela, um velho ébrio maltrapilho, segurando uma meia banda de bolsa de palha e um cacete, só se tornando agressivo quando o molecório o provocava aos gritos:

_ “Vilela, apaga o fogo e acende a vela!”

Esta, em traços largos, a ingênua, gostosa e acolhedora Olinda com que o escritor Lucilo Varejão conviveu durante a década de 20. Foi morar lá em fins de 1922, carpindo uma dolorosa, inesperada e recente viuvez e levando consigo o filho, uma criança de um ano de idade. Ocupou antes uma moradia no alto da ladeira da Bica de São Pedro e depois uma casa na Rua do Amparo. Ali instalado, possivelmente fugindo ao vazio do lar desfalcado com a ausência da jovem esposa, o nosso Lucilo procurou melhor conhecer e analisar o burgo de Duarte Coelho, visando nele se inspirar para a elaboração dos seus trabalhos de ficção literária. Assim, ora sozinho, ora na companhia de um pintor amigo, por exemplo, um Mário Nunes, um Baltazar da Câmara, um Eliezer Xavier, um Ângelo Guido e um dos Parreiras, subiu e desceu ladeiras, visitou pátios, andou por becos e vielas e percorreu as praias ainda rústicas e sombreadas por coqueirais farfalhantes. Um verdadeiro arruar sem pressa para melhor apreciar fachadas de templos, conventos, casarões, sobrados de azulejos, casas de biqueira e de cornija, uma arquitetura colonial rica em detalhes de varandas, pórticos, portas almofadadas, janelas e postigos em xadrez. Também foram incluídos nessas caminhadas em manhãs de domingo os passeios às minas de giz, à igreja do monte, ao sítio dos Manguinhos, à mata de cajueiros ao Norte da Cidade, abrangendo os Bultrins.

Em paralelo, o espírito perspicaz e observador do autor de “Muralhas de Jericó” entrava em contato com a população, gente boa e ordeira de diferentes níveis sócio-econômicos, investigando-lhes os costumes, a maneira de viver, a religiosidade, as pretensões e o modo de falar.

Em restituição, Olinda proporcionou-lhe os cenários, os ambientes e os tipos humanos com que movimentou e escreveu três de seus melhores romances enfeixados em um só romance, a saber: “O Destino de Escolástica”, “Passo Errado”, “O Lobo e a Ovelha”.

Hilton Sette, Minha História

Apontamentos Autobiográficos

Esse, o Lucilo Varejão que conheci em Olinda, quando menino. Um escritor magro, pálido, todo de preto, desde o chapéu de palhinha aos sapatos, amargando o luto de sua viuvez. Viu-o várias vezes, lá em casa, a conversar com meu pai, colegas que eram na Repartição dos Correios, amigos de fé e escritores, começando a despontar na crista da onda da opinião pública e comentários jornalísticos.

E por falar em comentários jornalísticos, Pernambuco sempre teve, no passado, reais valores em crítica literária, entre os quais, Barbosa Lima Sobrinho, Oscar Mendes, Álvaro Lins, Olívio Montenegro e Luis Delgado. Todos eles, em sua época, muito ativos em face da oportunidade de aparecerem nas colunas dos excelentes suplementos exclusivamente literários, inseridos nas edições domingueiras de nossos matutinos.

Em fins dos anos 10 e começo dos anos 20, tais analistas da literatura cabocla, embora em artigos elogiosos e estimuladores, faziam reparos em torno de uma possível influência da obra de Eça de Queiroz na elaboração de “O Destino de Escolástica” e do flagrante reflexo das letras francesas, acrescento eu, dos livros de Alphonse Daudet, autor de “Contes du Lundi”, na feitura de “Ao Clarão dos Obuses”. Influências estas, acredito, comuns a todos os que se iniciam na arte de escrever em relação às leituras e autores prediletos e que tendem a desaparecer nos livros subsequentes. De minha parte, confesso que ouvi de um querido primo-irmão dizer que, ao ler meu “O Rapaz da Vila Maria”, tinha a impressão de estar lendo Mário Sette. Claro que não me senti frustrado, nem magoado e sim lisonjeado em saber que o meu livrinho de estréia podia ser confundido, em autoria, com trabalho de consagrado escritor no âmbito nacional, por coincidência meu pai-herói.

Mas Lucilo Varejão não se limitou a ser o ficcionista dos romances olindenses, são igualmente de sua lavra a novela “A mulher do Próximo”, o livro de contos “Teia dos Desejos” e os romances “De que morreu João Feital?” e “Visitação do Amor”, todos vazados num estilo que se apurou e personificou através do tempo, versando sobre temas bem oportunos e movimentando personagens, enredos e cenas com acentuado realismo, numa época em que as donzelas liam Delly e Ardel.

Tornei a encontra-me com Lucilo Varejão na qualidade de um colega de magistério que evoluiu para um querido amigo. Agora, muito diferente daquele homem de preto de meu tempo de menino, um Lucilo alegre, comunicativo, muito bem vivido em várias rodas, contador de histórias e casos seus e dos outros, extrapolando loquacidade, bom gosto e bom humor no que falava.

Ele, Moacir de Albuquerque e eu, tínhamos aulas desde o horário das sete horas da manhã, na Escola Pinto Júnior. Nós chegávamos sempre meia hora antes para um gostoso bate-papo. Um papo em que Moacir e eu preferíamos escutá-lo, até o momento em que o velho Cândido Duarte aparecia na porta de vai-e-vem para nos lembrar que já havia tocado a sineta do começo das aulas.

Fernando Mota

O acadêmico Fernando de Oliveira Mota assumiu esta Cadeira número 9 sem que seu antecessor houvesse falecido.

Estranho, mas explicável.

Hilton Sette, Minha História

Apontamentos Autobiográficos

Antes, havia nos estatutos desta casa, entre os itens, um arremedo de “Azinho 5”, facultando a eliminação do sócio que deixasse de comparecer a um determinado número de reuniões ordinárias. O escritor Lucilo Varejão, em face de suas múltiplas ocupações profissionais, incorreu na falta que o saudoso, mas ortodoxo, pastor Jerônimo Gueiros considerou “pecado mortal” e, não lhe perdoando, eliminou-o do convívio dos “imortais”.

A Cadeira de número 9 foi considerada não-ocupada, sendo então eleito o Fernando Mota, que, em seu longo e substancioso discurso de posse, cometeu, ao meu ver, o erro de ignorar a brilhante passagem nesta Academia do acadêmico cassado, considerando-se sucessor de Pereira da Costa.

Posteriormente, na gestão de Luís Delgado e com a interveniência do boníssimo Mauro Mota, Lucilo e a Academia fumaram o cachimbo da paz, sendo ele reintegrado, entre os quarenta, na Cadeira de número 2.

Aqui fica o registro, a bem da verdade, para servir de subsídio a um futuro historiador de nossos bastidores acadêmicos.

Se, em consequência de tão inusitada ocorrência esta Casa de Carneiro Vilela viu-se privada da presença de um dos mais fecundos e notáveis ficcionistas pernambucanos do atual século, por outro lado, ganhou um filósofo. Sim, um filósofo no verdadeiro significado do termo. Um doutor em Filosofia, título este conferido pela Faculdade de Filosofia do Recife, integrada a Universidade Federal de Pernambuco, mediante magistral defesa de tese a que se submeteu com o trabalho, “O Problema do Conhecimento”. Uma magnífica festa de alto nível cultural, essa em que o examinando Fernando Mota e sua douta banca examinadora, constituída de valores como um Padre Daniel Lima, um Padre Mosca, um Padre Moreira, um Newton Sucupira e um Lourival Vilanova, se equipararam em brilhantismo e profundidade e no calor com que, nos debates, sustentaram os argumentos filosóficos.

Dentro do campo da Filosofia, além das conferências, palestras, ensaios e colaborações em revistas, Fernando Mota publicou várias obras, destacando-se “Compreensão de Farias Brito”, “Introdução à Sociologia”, e “Dois Filósofos Sul americanos”.

O filósofo nasceu no Recife, passou grande parte de sua infância na cidade de Palmares, a juventude em Nazaré da Mata, foi seminarista em Olinda e fixou residência em Recife. Como “ganha-pão”, exerceu, com eficiência didática, o magistério, tanto no nível superior, como no secundário. Conquistou mediante concurso de títulos e provas uma cátedra no Instituto de Educação de Pernambuco; foi professor na Faculdade de Filosofia do Recife e na Faculdade de Ciências Econômicas, lecionou nos colégios São José e Eucarístico.

Encontrei em Fernando Mota um bom e cordial amigo, solidificando-se nossa amizade na convivência das salas dos professores da FAFIRE e do Eucarístico. Por sinal, nesse último colégio, dirigido pela nunca esquecida e maravilhosa educadora dona Francisquinha, ele e eu fomos paraninfos de duas turmas de concluintes. Das professorandas, ele; das comerciandas, eu. Colação de grau numa mesma solenidade; no auditório do colégio. Os discursos das oradoras e, em seguida, os dos paraninfos. Disse a minha fala, costumeiramente lida e tímida, pois não possuo o dom da oratória, a que o nosso querido José Lourenço de Lima chama, em ar de brincadeira, de “sem vergonhice retórica”. Fernando, ao contrário, eloquente e oportuno como sempre, falou de improviso. E, ao terminarmos, concluí melancolicamente que o discurso dele havia posto o meu no chinelo...

Fernando Pio dos Santos, Primo e Amigo

Ao contrário do que me aconteceu com Lucilo Varejão, não conheci Fernando quando menino. Sabia-o, sim, filho de Maria da Glória, uma prima legítima de minha mãe, falecida muito jovem, e de Artur Pio dos Santos, um alto executivo do Banco Auxiliar do Comércio, com quem meu pai conseguiu levantar dinheiro para custear as duas primeiras edições de seus livros “Rosas e Espinhos” e “Senhora de Engenho”. Só nos avistamos, e consolidamos uma amizade que jamais feneceu, quando ele casou em 1929 e fixou residência duas casas adiante e no mesmo correr da nossa, na então Rua Arquimedes de Oliveira, hoje, Visconde de Suassuna.

Praticamente vizinhos, os recém casados depressa se tornaram pessoas lá de casa, estabelecendo-se entre nós uma convivência quase fraterna. Minha mãe a proporcionar à jovem esposa uma carinhosa assistência ao longo de sua gravidez e por ocasião do nascimento do primeiro filho, o Artur, o Arturzinho para o nosso afeto, a fim de distingui-lo do avô.

Enquanto Fernando e meu pai se identificavam intelectualmente em “papos” intermináveis, todas as noites em nossa sala de estar, numa atração recíproca motivada pela vocação literária. Pio, na época, atravessava uma fase de transição, trocando a poesia pela prosa, esta alicerçada em valores históricos. Publicara excelentes coleções de poemas, intituladas “Penumbra” e “Lua Cheia” e estava preparando “Terra de Montezuma”, novela em torno do lendário e místico povo asteca.

Em contato com meu pai, um assunto se tornou predominante nas conversações: a evocação dos costumes, modas, aspectos urbanos, transportes, procissões e carnavais do Recife antigo. Em consequência, germinou e cresceu a idéia de escreverem artigos sobre temas palpantes sobre a vida social e urbana recifense nos fins do século passado e começos do atual.

Partiram assim irmanados, para uma pesquisa e coleta de dados através de leituras de velhas revistas e jornais e, dentro de pouco tempo, o “Jornal Pequeno” começava a publicar em rodapé, todas as quintas-feiras, ora de Fernando Pio dos Santos, ora de Mário Sette, crônicas sob o título “Pernambuco no Tempo das Anquinhas e das Maxambombas”.

Tal parceria teve fim quando meu pai se viu transferido, nomeado que foi para ser Diretor Regional dos Correios e Telégrafos do Estado das Alagoas. Longe, porém, um do outro, não alteraram muito suas atividades literárias.

O autor de “Senhora de Engenho” levou consigo para Maceió o seu valioso fichário em crescente formação e lá, mitigando as saudades de seu Pernambuco muito amado, escreveu e publicou “Maxambombas e Maracatus”, o primeiro de uma série de estudos sobre a História Social e Pitoresca do Recife.

Enquanto isso, o autor de “Lua Cheia”, tomando gosto pelas incursões ao passado, embarafustou-se pelas sacristias e vasculhou bibliotecas, arquivos e assentamentos de conventos, confrarias, paróquias e igrejas, constituindo-se autoridade sobre a origem, evolução e importância de nossas instituições religiosas.

Entre os principais trabalhos publicados neste gênero por Fernando Pio, destacam-se “Histórico da Igreja de Santa Tereza”, “A Ordem Terceira de São Francisco e suas Igrejas”, “A Arte Religiosa em Pernambuco”, “Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife” e “Histórico da Matriz da Boa Vista e do seu Monumental Frontispício”.

Hilton Sette, Minha História

Apontamentos Autobiográficos

Em face deste trabalho paciente de pesquisa no interior dos templos e conventos e de seu permanente com gente a serviço de Deus, o seu “*curriculum vitae*” enumera títulos e cargos honoríficos que mereceu receber ou exercer.

Fernando Pio era, como se costuma dizer hoje no melhor sentido, um homem bom. Bom marido, bom pai, bom amigo e bom cristão. Assimilou bem a filosofia rotariana de servir e cumpriu importantes funções no Rotary.

O Fernando Pio, porém, que me ficou mais na lembrança, foi aquele da nossa íntima convivência, quando vizinhos, nos anos de 29 a 32. Nesse lapso de tempo, o primo viu-se acometido de uma febre de entusiasmo pela radiodifusão, então na crista da onda. O comércio já vendia receptores industrializados para sincronizar as estações locais. Em nosso caso, a Rádio Clube de Pernambuco, então prefixo PRA8. Mas Fernando queria alcançar mais longe, as estações do Rio, da Argentina e da Europa. Adquiriu um possante receptor de fabricação artesanal e manejo complicado e gostava de reunir amigos para testá-lo. Fui várias vezes a sua casa, mas rara a noite em que as condições atmosféricas permitiam uma recepção audível. Quase sempre se escutavam apenas descargas ensurdecedoras e assovios de estática, entremeados, de quando em quando, por um fio de voz de César Ladeira a dar o prefixo da Mayrink Veiga, a emoção de ouvir o Big-Bem soando à meia noite londrina ou o “speaker” da Rádio Difusora Francesa confirmar: “Ici Paris”.

A última vez que abracei o meu antecessor aconteceu no terraço avarandado de minha casa. Veio ele em companhia de Eleonora, sua querida esposa, me visitar, aliás, como que numa visita de despedida, poucos meses antes de sua morte. Falou-me na Academia e me pediu que o sucedesse na Cadeira de número 9. Ainda ponderei veementemente que o queria ter como companheiro e não como antecessor. Fernando insistiu. Sentia-se muito doente. A vaga seria minha, pois começaria a “mexer com os pauzinhos”.

Não me consta que o tenha feito.

Papai do Céu, querido Fernando, atendeu a tua vontade. Ele próprio “mexeu os pauzinhos”.

Agradecimentos.

E como lhe agradecer, meu caríssimo Lucilo, a honra dessa sua recepção?

Não. Não incorri em qualquer deslize gramatical. Permiti-me, isto sim, uma trégua no formalismo protocolar desse tratamento dessa segunda pessoa do plural, para usar, na terceira do singular, o brasileiríssimo “você”. Um “você” com gosto de fruta do mato, cheiro de flores do campo e tempero tropical de muita estima e bem-querer. Um “você” corruptela do afetuosíssimo “vosmecê” de nossos avós, por sua vez oriundo, etimologicamente, do “vossa mercê”, mais antanho ainda, lembrando o relacionamento dos servos e senhores. Acontece que eu não teria jeito de me distanciar de Lucilo com a interposição de um “vós”.

Lucilo, mais do que um irmão de fé. Um amigo irmão. Uma amizade cristalizada ao longo de quase cinquenta anos de convivência fraterna, sincera e leal, proporcionada por quatro encontros, em nossas atividades profissionais e intelectuais.

O primeiro desses encontros, na Repartição dos Correios, em 1940, ainda na Marquês de Olinda, quando nos conhecemos. Trabalhamos juntos na 2ª turma de Conferência da 4ª Secção

Hilton Sette, Minha História

Apontamentos Autobiográficos

do Tráfego Postal, então chefiada pelo saudoso chefe acadêmico, Paulino de Andrade, em fim de carreira, dando seus cochilos lá em seu “bureau”, no fundo da sala, em tardes modorrentas onde pouco ou nada tínhamos a fazer, além de manipular “impressos”.

Voltamos a trabalhar juntos – lembra-se? – na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, recém-federalizada. Você nas funções de Professor-Assistente de Aníbal Fernandes, na cadeira de francês e eu, na cadeira de Geografia Humana, pertencente a um não menos amigo Mário Lacerda de Melo, querido ex-colega de colégio, de turma da Faculdade de Direito do Recife e de equipe em nossas pesquisas geográficas por este nordestão afora.

O velho e tradicional Ginásio Pernambucano ofereceu-nos o terceiro ensejo de aproximação. Ali, fizemos os nossos concursos de títulos e provas e conquistamos as nossas cátedras, você a de Francês, e eu, a de Geografia do Brasil.

E estamos aqui, mais uma vez, reunidos agora com auréolas de “imortais”, sob o abrigo desse acolhedor Templo de Cultura e ao lado de outros ilustres confrades componentes da elite intelectual de nossa terra.

Você, meu caríssimo Lucilo, tem-me prodigalizado tantas atenções e tantas manifestações de apreço que julgo me ser impossível ao menos pensar em saldá-las pela retribuição. Agora mesmo, estou acrescentando ao meu débito esse esperado Discurso de Recepção, que decerto me comoverá com as referências à minha pessoa e à minha obra literária. A moeda pagante que lhe posso oferecer, e já lhe dedico há muito tempo, chama-se gratidão. Um sentimento hoje polemizado, mas que, na minha cartilha moral, significa profundo e agradecido reconhecimento, um posicionamento inverso aos de muitos que se comportam diante dos que os beneficiam com insensibilidade, indiferença, esquecimento, quando não procuram atropelar ou atirar pedras.

Srs. Acadêmicos:

Um caloroso “muito obrigado” a todos vós que sufragastes meu nome, reconhecendo mérito em minhas incursões no campo da literatura. Tive conhecimento que alguns de vós, além do valioso voto, trabalharam em favor do êxito da minha campanha. Não me arrisco a citar nomes para não cometer a injustiça de uma omissão involuntária. Representando-os, no entanto, destaco a confrreira Maria do Carmo Barreto Campelo de Mello, uma amiga que personificou o papel de verdadeiro anjo da guarda.

Os meus agradecimentos se estendem, também, aos queridos confrades que, embora, democraticamente, hajam votado em meu brilhante concorrente, aplaudiram o resultado do pleito e se congratularam comigo por meio de telefonemas, telegramas, cartões.

A todos os presentes, o meu obrigado.